



BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁ

CONCURSO PÚBLICO - PROVA OBJETIVA: 06 de maio de 2018

NÍVEL SUPERIOR

CONTADOR

Nome do Candidato: _____

Nº de Inscrição: _____

**PROVA
2
AZUL**

**A COR DA CAPA DO SEU BOLETIM DE QUESTÕES É AZUL.
MARQUE A COR EM SEU CARTÃO RESPOSTA.**

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário, comunique imediatamente ao fiscal de sala.
2. Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO RESPOSTA, destinado à marcação das respostas às questões objetivas.
3. Este BOLETIM DE QUESTÕES contém a **Prova Objetiva com 60 (sessenta) questões, 20 de Conhecimentos Básicos** (10 de Língua Portuguesa, 05 de Raciocínio Lógico e 05 de Noções de Informática) e **40 de Conhecimentos Específicos**. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. **Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 9:00h e término às 13:00h (horário Belém).**
4. Para cada questão objetiva, são apresentadas 05 (cinco) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C), (D), (E). Apenas uma responde corretamente à questão, considerando a numeração de 01 a 60.
5. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo/polo e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que este registre a correção na Ata de Sala.
6. **A saída de candidato da sala somente será permitida** depois de transcorrido o tempo de **01 hora do início da prova**, mediante a **entrega obrigatória ao fiscal de sala do seu cartão resposta e do boletim de questões**. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.
7. O Candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova, **levando o boletim de questões, nos 60 minutos que antecedem o término das provas**.
8. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
9. A marcação do CARTÃO RESPOSTA deve ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois lápis não será considerado.
10. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo que consta no CARTÃO RESPOSTA.
11. Em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO RESPOSTA por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
12. **O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, pois a marcação incorreta no cartão resposta da cor da capa da sua prova é de sua inteira responsabilidade e não será corrigido.**
13. Será automaticamente eliminado do Concurso Público do Banco do Estado do Pará - BANPARÁ o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital de Abertura nº 001/2018.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia atentamente o texto “Lastro e o sistema bancário” para responder às questões de 1 a 10.

LASTRO E O SISTEMA BANCÁRIO

[...]

1 Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar
2 ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro. Como esse metal é
3 limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada. Com o tempo, os
4 banqueiros se deram conta de que ninguém estava interessado em trocar dinheiro por ouro
5 e criaram manobras, como a reserva fracional, para emprestar muito mais dinheiro do que
6 realmente tinham em ouro nos cofres. Nas crises, como em 1929, todos queriam sacar
7 dinheiro para pagar suas contas e os bancos quebravam por falta de fundos, deixando sem
8 nada as pessoas que acreditavam ter suas economias seguramente guardadas.

9 Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro. Desde então, o
10 dinheiro, na forma de cédulas e principalmente de valores em contas bancárias, já não
11 tendo nenhuma riqueza material para representar, é criado a partir de empréstimos. Quando
12 alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado
13 naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia.
14 Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara
15 em um relatório do Bank of England de 2014.

16 Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em
17 canetaços a partir da concessão de empréstimos. O que torna tudo mais estranho e
18 perverso é que, sobre esse empréstimo, é cobrada uma dívida. Então, se eu peço dinheiro
19 ao banco, ele inventa números em uma tabela com meu nome e pede que eu devolva uma
20 quantidade maior do que essa. Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e
21 trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta
22 de outras pessoas. Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única
23 fonte de moeda é o empréstimo bancário. No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro
24 que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei.

25 Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo
26 escassa e abundante. Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é
27 gerada pela simples manipulação de bancos de dados. O resultado é uma acumulação de
28 riqueza e poder sem precedentes: um mundo onde o patrimônio de 80 pessoas é maior do
29 que o de 3,6 bilhões, e onde o 1% mais rico tem mais do que os outros 99% juntos.

[...]

Disponível em <https://fagulha.org/artigos/inventando-dinheiro/>

Acessado em 20/03/2018

01 O autor do texto emprega com o mesmo significado os termos

- (A) *papel-moeda e dinheiro.*
- (B) *ouro e dinheiro.*
- (C) *manobra e reserva fracional.*
- (D) *cédulas e valores.*
- (E) *canetaço e decisão administrativa.*

02 O enunciado em que duas ideias se opõem é

- (A) *Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada* (linhas 2 e 3).
- (B) *Quando alguém vai até o banco e recebe um empréstimo, o valor colocado em sua conta é gerado naquele instante, criado a partir de uma decisão administrativa, e assim entra na economia* (linhas 11 e 13).
- (C) *Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do Bank of England de 2014* (linhas 14 e 15).
- (D) *Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas* (linhas 20 e 22).
- (E) *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24).

03 O enunciado em que a vírgula foi empregada em desacordo com as regras de pontuação é

- (A) *Como esse metal é limitado, isso garantia que a produção de dinheiro fosse também limitada* (linhas 2 e 3).
- (B) *Em 1971, o presidente dos EUA acabou com o padrão-ouro* (linha 9).
- (C) *Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos* (linhas 16 e 17).
- (D) *Assim, o sistema monetário atual funciona com uma moeda que é ao mesmo tempo escassa e abundante* (linhas 25 e 26).
- (E) *Escassa porque só banqueiros podem criá-la, e abundante porque é gerada pela simples manipulação de bancos de dados* (linhas 26 e 27).

04 Em *Esse é o dinheiro que vai ser usado para pagar a dívida, já que a única fonte de moeda é o empréstimo bancário* (linhas 22 e 23), a expressão grifada poderia ser substituída por

- (A) *pois.*
- (B) *portanto.*
- (C) *entretanto.*
- (D) *logo.*
- (E) *assim.*

05 Em *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24), a palavra grifada é sinônima de

- (A) *ganham.*
- (B) *trocam.*
- (C) *apreendem.*
- (D) *obtêm.*
- (E) *solicitam.*

06 De acordo com o autor do texto **Lastro e o sistema bancário**, a reserva fracional foi criada com o objetivo de

- (A) *tornar ilimitada a produção de dinheiro.*
- (B) *proteger os bens dos clientes de bancos.*
- (C) *impedir que os bancos fossem à falência.*
- (D) *permitir o empréstimo de mais dinheiro.*
- (E) *preservar as economias das pessoas.*

07 De acordo com o autor do texto, o sistema lastro-ouro causou problemas como os que aconteceram

- (A) *antes dos anos 60.*
- (B) *durante os anos 60.*
- (C) *em 1929.*
- (D) *em 1971.*
- (E) *em 2014.*

- 08** A leitura do texto permite a compreensão de que
- (A) as dívidas dos clientes são o que sustenta os bancos.
 - (B) todo o dinheiro que os bancos emprestam é imaginário.
 - (C) quem pede um empréstimo deve a outros clientes.
 - (D) o pagamento de dívidas depende do “livre-mercado”.
 - (E) os bancos confiscam os bens dos clientes endividados.

09 Em *Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro* (linhas 1 e 2), a locução verbal poderia ser substituída, sem afetar o sentido do enunciado, por

- (A) *estavam.*
- (B) *eram.*
- (C) *deveriam ser.*
- (D) *tinham de estar.*
- (E) *tinham de ser.*

10 A classe a que pertence a palavra grifada está corretamente indicada em

- (A) advérbio - *Até os anos 60, o papel-moeda e o dinheiro depositado nos bancos deviam estar ligados a uma quantidade de ouro num sistema chamado lastro-ouro* (linhas 1 e 2).
- (B) adjetivo - *Essa explicação permaneceu controversa e escondida por muito tempo, mas hoje está clara em um relatório do Bank of England de 2014* (linhas 14 e 15).
- (C) substantivo - *Praticamente todo o dinheiro que existe no mundo é criado assim, inventado em canetaços a partir da concessão de empréstimos* (linhas 16 e 17).
- (D) verbo - *Para pagar a dívida, preciso ir até o dito “livre-mercado” e trabalhar, lutar, talvez trapacear, para conseguir o dinheiro que o banco inventou na conta de outras pessoas* (linhas 20 e 22).
- (E) pronome - *No fim, os bancos acabam com todo o dinheiro que foi inventado e ainda confiscam os bens da pessoa endividada cujo dinheiro tomei* (linhas 23 e 24).

RACIOCÍNIO LÓGICO

11 Suponha que um caixa automático de um banco disponibilize para saque uma quantidade suficiente das cédulas da figura abaixo:



Uma retirada de R\$ 1.000,00 será feita neste caixa, de modo que nela exista pelo menos uma cédula de cada valor. Se M é o maior e N o menor número de cédulas possíveis de haver nesse saque, então M + N é igual a

- (A) 430.
- (B) 440.
- (C) 450.
- (D) 460.
- (E) 470.

12 Certa quantia seria rateada igualmente por 4 pessoas, mas com a adesão de um quinto participante a cota individual, relativamente à anterior, reduziu R\$ 360,00. Para que o valor individual a ser pago por cada colaborador fosse de R\$ 600,00, seria necessário que a quantidade de pessoas participantes do rateio fosse igual a

- (A) 16.
- (B) 15.
- (C) 14.
- (D) 13.
- (E) 12.

13 José, Maria e Pedro exercem as funções de médico(a), contador(a) e engenheiro(a) em um banco, não necessariamente nessa ordem. Nessa instituição eles têm diferentes tempos de serviço e cumprem diferentes jornadas diárias de trabalho.

A médica é a que cumpre a maior jornada diária de trabalho, mas não é a que tem mais tempo de serviço no banco, enquanto José é o que tem menos tempo de serviço na instituição e Pedro, que não é engenheiro, não cumpre a menor jornada diária de trabalho.

Com base nessas premissas, é correto afirmar que entre os três,

- (A) José é o contador.
- (B) Pedro não é o que tem mais tempo de serviço no banco.
- (C) a médica é a que tem menos tempo de serviço no banco.
- (D) o engenheiro é o que cumpre a menor jornada diária de trabalho.
- (E) o contador não tem mais tempo de serviço no banco que os demais.

14 Para obtenção do dígito verificador de contas correntes, um banco utiliza-se de um sistema conhecido como módulo 10. Tal dígito é obtido multiplicando-se os algarismos do número da conta, sucessivamente, por 2 (x 2) e por 1 (x 1), começando da direita para a esquerda, e, quando o produto passar de 10, deve-se considerar como resultado a soma de seus algarismos. Em seguida obtêm-se a soma de todos os resultados, divide-se por 10 e o dígito verificador será 10 menos o resto encontrado na divisão. Se a divisão for exata o dígito será zero.

O exemplo a seguir ilustra como calcular o dígito verificador de uma conta de número 351603, no módulo 10.

Número da conta	3	5	1	6	0	3
	(x 1)	(x 2)	(x 1)	(x 2)	(x 1)	(x 2)
	3	10 = 1	1	12 = 3	0	6

Soma $3 + 1 + 1 + 3 + 0 + 6 = 14$. Como $14:10 = 1$, restando 4, então o dígito verificador será $10 - 4 = 6$ e o número desta conta, com o dígito verificador, passará a ser 351603-6.

Nesse sistema o dígito verificador da conta número 694718 será

- (A) 9.
- (B) 8.
- (C) 7.
- (D) 6.
- (E) 5.

15 Considere um lote de R\$ 51.000.000,00 todo em cédulas de R\$ 100,00. Se um quilograma corresponde a 1.000 gramas e uma cédula de R\$ 100,00 pesa 0,25 gramas, o peso, somente das cédulas, desse lote estaria entre

- (A) 120 kg e 125 kg.
- (B) 125 kg e 130 kg.
- (C) 130 kg e 135 kg.
- (D) 135 kg e 140 kg.
- (E) 140 kg e 145 kg.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

16 Com relação às fórmulas disponíveis no Microsoft Office Excel 2016, versão para área de trabalho, analise as seguintes afirmativas:

- I. A função MAIÚSCULA(texto) converte a cadeia de texto em maiúsculas e a função ARRUMAR(texto) converte a cadeia de texto em minúsculas, mantendo apenas a primeira letra maiúscula.
- II. A função SOMA(núm1; núm2) soma dois números. Já a função SOMAINTERVALO(núm1:núm2) soma todos os números em um intervalo de células.
- III. A função CONVERTER(núm; de_unidade; para_unidade) converte um número de um sistema de medidas para outro.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

17 Analise as afirmativas a seguir considerando o aplicativo Microsoft Outlook 2016, versão para área de trabalho.

- I. Um grupo de contatos é um conjunto de endereços de *e-mail* criado para enviar mensagens de *e-mail* para todos os elementos desse grupo de uma só vez.
- II. O usuário pode responder a uma mensagem de *e-mail* com uma solicitação de reunião, com campos para determinar, por exemplo, local, hora de início, hora de término e se a reunião deve durar o dia inteiro.
- III. O filtro de lixo eletrônico verifica automaticamente as mensagens recebidas. O usuário pode adicionar endereços de *e-mail* ao filtro, porém, não lhe é permitido adicionar domínios, fato que poderia reduzir a quantidade de lixo eletrônico recebido.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

18 Considere as seguintes afirmativas sobre estratégias de organização de arquivos:

- I. Arquivo sequencial indexado é uma estratégia de organização de arquivos voltada para acesso por meio de chaves secundárias. A principal vantagem desse método sobre os demais é que ele permite o acesso direto a um conjunto de registros, e não apenas a um registro por vez.
- II. Para que a estratégia de arquivo sequencial ordenado tenha vantagem sobre a abordagem de arquivo sequencial simples no acesso a um registro, dado o valor da chave de acesso, é fundamental que a chave de acesso coincida com a chave de ordenação.
- III. Um arquivo direto é semelhante a um arquivo indexado, no sentido de que, nos dois casos, o objetivo principal é a obtenção de acesso aleatório eficiente. Porém, em um arquivo direto, ao em vez do índice, é usada uma função que calcula o endereço do registro a partir do valor da chave de acesso.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

19 Sobre os protocolos de Internet é correto afirmar que

- (A) o protocolo HTTP define o padrão de comunicação entre o navegador de Internet e o servidor Web. No entanto, o HTTP não assegura que navegadores e servidores possam operar de forma não ambígua. Para isso, foi criado o protocolo HTTPS, que define o formato exato das mensagens trocadas entre o navegador e o servidor.
- (B) um dos protocolos mais antigos ainda em uso na Internet, o SSH foi criado para permitir que um computador cliente acesse um terminal virtual hospedado num servidor. Ou seja, os comandos digitados no teclado e que aparecem na tela do cliente são processados num servidor distante. O SSH transmite dados de forma não segura e com fluxo em linha de texto, garantindo uma comunicação básica.
- (C) VPN é um protocolo da camada de rede do modelo TCP/IP responsável por garantir conexões privadas entre computadores por meio de um meio público de comunicação, geralmente a Internet.
- (D) o protocolo POP é um dos protocolos que suportam o processo de envio de mensagens eletrônicas via Internet. Este protocolo utiliza o TELNET para autenticação e, uma vez que o cliente seja autenticado, realiza uma sequência de comandos para o envio do correio eletrônico (*e-mail*) para o servidor.
- (E) considerando um servidor de correio eletrônico que suporta o protocolo IMAP, o usuário pode ter acesso às suas mensagens e pastas que ficam armazenadas no servidor por meio de qualquer computador conectado à Internet, tanto por um navegador de Internet como por um *software* cliente de correio eletrônico.

20 Sobre os conceitos de segurança, vírus e ataques a computadores, analise as seguintes afirmativas:

I. A criptografia assimétrica utiliza uma chave única, que é usada para cifrar e decifrar mensagens. Já a criptografia simétrica emprega um par de chaves, sendo uma privada e uma pública, que são usadas para cifrar e decifrar as mensagens, respectivamente.

II. Engenharia social é o termo usado para designar práticas utilizadas a fim de se obter informações sigilosas ou importantes de empresas, usuários e sistemas de informação, explorando a confiança das pessoas para enganá-las.

III. São conhecidos como *spammers* os responsáveis pelo envio de diversas mensagens não solicitadas para muitos usuários. No entanto, o termo *spam* é empregado apenas para as mensagens enviadas por meio de um correio eletrônico, não envolvendo, portanto, as mensagens veiculadas em outros meios como *blogs*, fóruns e redes sociais.

Está(ão) correto(s) o(s) item(ns)

- (A) II.
- (B) III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I, II e III.

CONTADOR

21 As instituições financeiras realizam operações de crédito e podem receber doações e subvenções fiscais. Por isso poderão constituir a Reserva de Lucros a Realizar e Reservas de Incentivos Fiscais. Sobre a constituição e a destinação da Reserva de Lucros a Realizar e Reserva de Incentivos Fiscais não é correto afirmar o seguinte:

- (A) considera-se lucro a realizar no período, o lucro em venda de bens a prazo, realizável após o término do exercício seguinte.
- (B) as reservas de lucros a Realizar podem ser utilizadas para compensar prejuízos, quando estes ultrapassarem os lucros acumulados.
- (C) quando os lucros a realizar ultrapassarem, no período, o total deduzido do lucro líquido destinado a constituição de Reserva Legal, Reservas Estatutárias, Reservas de Contingências, Reservas para Expansão e Reservas Especiais de Lucros, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos da administração, destinar parcela correspondente ao excesso para constituição de Reservas de Lucros a Realizar.
- (D) dentre as reservas de lucros, as instituições financeiras, inclusive as cooperativas de crédito, podem constituir reserva para incentivos fiscais mediante a utilização de parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos.
- (E) a reserva de incentivos fiscais pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório previsto em lei.

22 As instituições financeiras devem contabilizar a reserva legal, desde que procedimentos contábeis e jurídicos-societários sejam acatados. Sobre a constituição e a destinação da reserva legal não é correto afirmar o seguinte:

- (A) do lucro líquido do semestre, antes de qualquer dedução, 5% são destinados à constituição da reserva legal, que não pode ultrapassar 20% do capital social.
- (B) a obrigatoriedade de constituição dessa reserva cessa quando o saldo da reserva legal, somado ao montante da Reserva de Capital, excede a 30% do capital social integralizado.
- (C) o saldo da reserva legal poderá compensar prejuízos.
- (D) o saldo da reserva legal somente poderá compensar prejuízos quando esgotados os lucros acumulados e as demais reserva de lucro.
- (E) o saldo da reserva legal não poderá ser utilizado para aumentar o capital social da instituição financeira.

23 Sobre a escrituração dos fatos econômicos, considerando que as instituições financeiras devem acatar disposições legais, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) devem adotar métodos e critérios uniformes no tempo e modificações relevantes devem ser evidenciadas em notas explicativas e quantificando os efeitos em notas explicativas.
- (B) as receitas deverão ser registradas no período em que ocorrerem e respeitando o regime de competência, e as despesas, quando efetivamente pagas, acatando o regime de caixa.
- (C) os resultados deverão ser apurados em períodos fixos de tempo, observando os períodos de 1º de janeiro a 30 de junho e de 1º de julho a 31 de dezembro.
- (D) conciliações deverão ser efetuadas entre os saldos contábeis e os controles internos e os documentos, devidamente arquivados por, pelo menos, um ano.
- (E) as apropriações devem ser mensais, independentemente da apuração do resultado a cada seis meses, inclusive as rendas e a mora.

24 O Plano de Contas das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF – e normas consubstanciadas têm por objetivo uniformizar os registros contábeis dos atos e fatos administrativos praticados, racionalizar a utilização de contas, estabelecer regras, critérios e procedimentos necessários à obtenção e divulgação de dados, possibilitar o acompanhamento do sistema financeiro, além de avaliar o desempenho e o controle, de modo que as demonstrações financeiras elaboradas expressem, com fidedignidade e clareza, a real situação econômico-financeira da instituição e de conglomerados financeiros. Sobre a Contabilidade das Instituições Financeiras não é correto afirmar o seguinte:

- (A) as normas e os procedimentos, bem como as demonstrações financeiras padronizadas e previstas no Plano de Contas COSIF, são de uso obrigatório para as cooperativas de crédito.
- (B) quanto à escrituração, compete ao Conselho Monetário Nacional (CMN) expedir normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas instituições financeiras.
- (C) a escrituração deve ser completa, mantendo-se em registros permanentes todos os atos e fatos administrativos que modifiquem ou venham a modificar, imediatamente ou não, sua composição patrimonial.
- (D) o simples registro contábil não constitui elemento suficientemente comprobatório, devendo a escrituração ser fundamentada em comprovantes hábeis para a perfeita validade dos atos e fatos administrativos.
- (E) para efeitos probantes, no caso de lançamentos via processamento de dados, tais como saques em caixa eletrônico, operações *on line* e lançamentos “fita a fita”, a comprovação faz-se mediante listagens em arquivos em papel extraídas dos registros.

RASCUNHO

25 A contabilidade das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), para efeitos fiscais, deve observar o artigo 61 da Lei nº 11.941/2009. No que diz respeito à aplicação da contabilidade das instituições financeiras e ao reflexo fiscal das instituições financeiras não é correto afirmar o seguinte:

- (A) no exercício em que ocorrer modificação de métodos ou critérios contábeis de efeito relevante, deve-se indicá-los em nota e ressaltar esses efeitos.
- (B) o artigo 61 da Lei nº 11.941/2009 dispõe que a escrituração das instituições financeiras deve observar as disposições da Lei nº 4.595/1964 e os atos normativos dela decorrentes.
- (C) face às peculiaridades e ao risco das atividades financeiras, a provisão para crédito de liquidação duvidosa é dedutível no âmbito fiscal, tanto da base de cálculo do Imposto de Renda como da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- (D) compete às instituições financeiras e às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, ao escriturar e elaborar as demonstrações contábeis, acatar as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- (E) as normas contábeis são operacionalizadas pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN), ditadas pelo Conselho Monetário Nacional, além de serem reguladas, controladas e fiscalizadas pelo BACEN e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

26 O parecer do auditor independente deve ser claro e expressar objetivamente se as demonstrações contábeis auditadas, em todos os aspectos relevantes, na opinião do auditor, estão ou não adequadamente representadas. Nas demonstrações contábeis de determinada instituição financeira consta a provisão para devedores duvidosos, porém em montante tal que não representa a real inadimplência dos clientes. No parecer dos auditores consta o seguinte parágrafo: “Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da insuficiência de provisão para créditos de liquidação duvidosa comentada no parágrafo 3º, as demonstrações contábeis...”. Essa expressão é empregada em pareceres

- (A) sem ressalva.
- (B) com ressalva.
- (C) adverso.
- (D) com abstenção de opinião.
- (E) mistos, com ressalva e adverso.

27 O auditor responde por suas ações na execução dos trabalhos de auditoria. Não está entre as atribuições do auditor, na execução do seu trabalho,

- (A) aplicar o máximo de cuidado e zelo na realização do seu trabalho, estendidos a suas conclusões.
- (B) fornecer opinião imparcial sobre as demonstrações contábeis.
- (C) objetivar precipuamente o exame das demonstrações contábeis efetuado e a identificação de fraudes.
- (D) demonstrar em que medida as distorções por fraude ou erro afetam de forma relevante as demonstrações contábeis, se em seu parecer não conste ressalva específica.
- (E) conduzir seus exames atendendo às Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis.

28 Uma indústria de refrigerantes constituída juridicamente como sociedade anônima de capital aberto foi alvo do trabalho de auditores independentes que iniciaram seus procedimentos às 8 horas do dia 4 de Abril de 2018, por meio de contagem física de caixa, e resultou nos seguintes registros:

1. Saldo inicial de caixa no dia 03/04/2018: \$ 0,00
2. Valor em dinheiro: \$ 5.000,00
3. Vale para funcionários: \$ 2.000,00
4. Vendas em dinheiro no dia 03/04/2018: \$ 20.000,00
5. Vendas a prazo para recebimento com 30 dias: \$ 20.000,00
6. Documento de depósito bancário do dia 03/04/2018: \$ 10.000,00

Os auditores independentes chegaram à seguinte conclusão:

- (A) faltam no caixa \$ 5.000,00.
- (B) faltam no caixa \$ 3.000,00.
- (C) sobram no caixa \$ 10.000,00.
- (D) sobram no caixa \$ 5.000,00.
- (E) faltam no caixa \$ 2.000,00.

29 As sociedades anônimas, tanto as abertas quanto as fechadas, podem adquirir suas ações e registrá-las no Patrimônio Líquido com a titulação de Ações em Tesouraria. Quanto ao fato econômico que resulta contabilmente em Ações em Tesouraria não é correto afirmar o seguinte:

- (A) a aquisição e venda de ações da própria sociedade são transações de capital da companhia perante seus acionistas, portanto não afetam o resultado.
- (B) a aquisição de suas ações só poderá ocorrer se se tratar de operação de resgate, reembolso ou amortização de ações.
- (C) a sociedade anônima poderá adquirir suas ações mesmo que estas sejam ações não integralizadas ou pertencentes ao acionista controlador.
- (D) a sociedade anônima poderá adquirir suas ações com o objetivo de reduzir o capital social, porém limitado às restrições legais.
- (E) não é permitido à sociedade adquirir suas próprias ações quando requerer recursos maiores que o saldo de lucros acumulados ou as reservas disponíveis registradas no último balanço patrimonial divulgado.

30 Uma empresa localizada em Ananindeua (Pará) teve um terreno desapropriado pela Prefeitura. O valor do terreno escriturado na contabilidade da empresa era de \$ 100.000,00 e a Prefeitura de Ananindeua indenizou a desapropriação pelo valor de \$ 110.000,00. Quanto ao tratamento fiscal e contábil do referido fato econômico e jurídico não é correto afirmar o seguinte:

- (A) o ganho de capital será diferido, desde que seja transferido para uma reserva especial de lucros.
- (B) o diferimento é condicionado à aplicação pela empresa na compra de outros bens do ativo não circulante no prazo máximo de dois anos após o recebimento da indenização.
- (C) o ganho de capital será contabilizado como receita e o incentivo fiscal ocorrerá com a exclusão na parte "A" do Livro de Apuração do Lucro Real.
- (D) a reserva de lucro será constituída por destinação da conta Lucros Acumulados pelo mesmo montante apurado na Demonstração do Resultado do Exercício.
- (E) no contexto, ressalva-se que o art.423 do RIR/99 tributa o ganho de capital obtido na transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

31 Sobre a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que fornece aos usuários informações sobre como o resultado do período (lucro ou prejuízo) foi formado, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) o primeiro item da DRE elaborada e divulgada pelas sociedades anônimas de capital aberto é a receita bruta de vendas, em que, após as deduções de impostos incidentes, descontos incondicionais e devoluções, apura-se a receita líquida de vendas.
- (B) computa-se na DRE a parcela dos resultados de empresas investidas cujo reconhecimento é por meio do método de equivalência patrimonial.
- (C) as despesas operacionais são segregadas por subtotais em: despesas com vendas, despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, despesas gerais e administrativas e outras despesas e receitas operacionais.
- (D) o ganho com a venda de um ativo não circulante imobilizado deve estar demonstrado como outras receitas, antes da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).
- (E) a DRE é elaborada em estrita obediência ao regime de competência, embora a legislação tributária aceite a tributação da receita pelo regime de caixa em algumas modalidades de tributação ou situações especiais.

RASCUNHO

32 Uma empresa de serviços contábeis tem três atividades relevantes: (i) escriturar os fatos econômicos, (ii) apurar impostos e (iii) realizar contatos com clientes. A empresa deseja terceirizar a atividade de escriturar os fatos econômicos e, com o objetivo de saber o custo dessa atividade, adotará o Custeio Baseado em Atividades (ABC). Diante disto, o consumo de recursos mensais pela empresa é o seguinte:

1. Pessoal

1.1 – Retirada monetária do Contador: \$ 12.000,00

1.2 – Salário dos Assistentes Contábeis: \$ 5.000,00

1.3 – Salário da Secretária: \$ 4.000,00

1.4 – Salários dos Auxiliares de escrita fiscal: \$ 2.000,00

2. Aluguel: \$ 2.000,00

3. Depreciação: \$ 1.000,00

4. Treinamento: \$ 2.000,00

Ao rastrear o consumo de recursos às atividades foi possível a seguinte identificação:

Atividades	Escriturar os fatos econômicos	Apurar impostos	Contatos com clientes
Contador	0,2	0,2	0,6
Assistentes	0,3	0,6	0,1
Secretária	-	-	1,0
Auxiliares	0,6	0,4	-
Aluguel	0,2	0,3	0,5
Depreciação	0,3	0,3	0,4
Treinamento	0,5	0,5	-

O custo da atividade escriturar os fatos econômicos é de

(A) \$ 5.800,00.

(B) \$ 6.800,00.

(C) \$ 7.280,00.

(D) \$ 8.100,00.

(E) \$ 13.100,00.

33 Uma indústria localizada em Ananindeua, no Pará, transforma dois únicos produtos: A e B. Em março de 2018, a indústria produziu e vendeu 1.000 unidades do produto A e 1.000 unidades do produto B. O custo unitário da matéria prima consumida para o produto A é de \$ 10,00 e do produto B é \$ 12,00. Para produzir o produto A, consumiram-se 100 horas de trabalho e o valor pago por hora de trabalho é de \$ 10,00. Já o produto B consumiu em sua transformação 200 horas de trabalho e o custo unitário da hora é de \$ 20,00. Os custos indiretos no período somaram \$ 30.000,00 e a empresa adota o custeio por absorção para apurar os custos, além de adotar como critério de rateio a quantidade de horas de trabalho (100 h para A e 200 h para B). Os custos unitários dos produtos A e B são, respectivamente,

(A) \$ 21,00 e \$ 36,00.

(B) \$ 24,00 e \$ 32,00.

(C) \$ 25,00 e \$ 32,00.

(D) \$ 28,00 e \$ 30,00.

(E) \$ 30,00 e \$ 36,00.

RASCUNHO

34 Uma indústria de sucos pretende produzir e vender os sucos que lhe propiciam maior margem de contribuição. Com base na estrutura de custos e preços descrita a seguir, os dois tipos cuja produção e venda deve ser incentivada sob os preceitos do custeio direto ou variável e por propiciarem maior margem são

Estrutura de preços e custos

Produtos	Preço unitário	Custo variável unitário	Custo fixo unitário rateado	Custo total
A	\$ 20,00	\$ 11,00	\$ 8,00	\$ 19,00
B	\$ 10,00	\$ 5,00	\$ 2,00	\$ 7,00
C	\$ 30,00	\$ 20,00	\$ 8,00	\$ 28,00
D	\$ 20,00	\$ 12,00	\$ 7,00	\$ 19,00
E	\$ 18,00	\$ 12,00	\$ 2,00	\$ 14,00

- (A) B e E.
 (B) A e C.
 (C) D e A.
 (D) C e D.
 (E) B e C.

35 Um ponto de venda de açaí localizado no bairro do Umarizal, em Belém (Pará) intenciona aplicar *mark up* de 100% sobre os custos para formar o preço de venda, e para isso adota o custeio Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit (RKW). O ponto só produz o açaí do tipo médio e, no contexto, deve ser considerado que o momento é de safra e o consumo de recurso diário é o seguinte: (i) duas rasas de açaí pelo custo total de \$ 100,00; (ii) água \$ 10,00; (iii) energia elétrica \$ 12,00; (iv) frete do açaí \$ 18,00; (v) material de limpeza \$ 3,00; (vi) plásticos para acondicionar o líquido \$ 2,00; (vii) depreciação da batidora \$ 5,00; (viii) diárias do batedor e auxiliar \$ 100,00. A produção diária é de 50 litros de açaí. Ao considerar a estrutura de custos e o custeio adotado, além do *mark up* desejado, o preço do litro de açaí que o ponto deseja praticar é

- (A) \$ 10,00.
 (B) \$ 12,00.
 (C) \$ 14,00.
 (D) \$ 16,00.
 (E) \$ 18,00.

36 Uma indústria de confecções de uniformes profissionais localizada no bairro do Reduto, em Belém (Pará), motivada por proposta para confeccionar 100 uniformes para cliente, resolveu elaborar, para efeito de gestão de produção, o custo padrão no sentido de confrontar o padrão com o real e analisar as variações. Nesse sentido, o custo padrão e o custo real dos principais itens do uniforme são os seguintes:

Custo Padrão

- 1 – Matéria prima
 2 m de tecidos pelo custo unitário de \$ 20,00
 2 – Mão de obra
 3 h pelo custo unitário de \$ 10,00
 3 – Gastos Gerais
 2 Kwh pelo custo unitário de \$ 5,00

Ao produzir o uniforme ocorreram os seguintes custos reais:

Custo Real

1. Matéria prima
 3 m de tecidos pelo custo unitário de R\$ 20,00
 2. Mão de obra
 2 h pelo custo unitário de R\$ 10,00
 3- Gastos Gerais
 2 Kwh pelo custo unitário de R\$ 6,00

Não é correto afirmar que

- (A) o custo padrão é \$ 80,00.
 (B) o custo real é de \$ 92,00.
 (C) a variação da matéria prima é de \$ 20,00 desfavorável.
 (D) o total das variações é de \$12,00 desfavorável.
 (E) a variação dos gastos gerais é de \$ 2,00 favorável.

37 No setor privado, a terminologia “custeio” não tem o mesmo significado que tem no setor público. No que diz respeito ao custeio dos produtos e considerando a realidade das empresas privadas, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) o Custeio Baseado em Atividades (ABC) é o tipo de custeio não tradicional e sua aplicação nos relatórios contábeis não é aceita para efeitos fiscais e societários.
- (B) o custeio por absorção, embora de amplo uso e aceitabilidade fiscal e societária, para efeito de informações gerenciais, é limitado face ao tratamento dispensado aos custos indiretos.
- (C) o custeio direto ou variável é de aceitação fiscal e societária face à informação gerada, que é denominada de “Margem de Contribuição”.
- (D) o custeio *Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit* (RKW) teve sua origem na Alemanha em fase histórica pós-segunda guerra mundial e a intenção inicial era formar preço.
- (E) quando tudo o que é produzido é também vendido, o que torna o saldo do estoque dos produtos acabados igual a zero, os resultados apurados, tanto pelo custeio por absorção quanto pelo custeio direto ou variável, serão iguais.

38 Sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que é de obrigatória elaboração e divulgação pelas sociedades anônimas de capital aberto, não é correto afirmar que

- (A) o valor adicionado representa a riqueza criada pela empresa e, como regra, é medido pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros.
- (B) está fundamentada em conceito macroeconômico, buscando demonstrar a contribuição da empresa na formação do Produto Interno Bruto (PIB).
- (C) fornece informações sobre os benefícios obtidos por cada um dos fatores de produção, como trabalhadores, acionistas, o governo e credores.
- (D) na forma de cálculo da DVA não há diferença entre o modelo econômico e o contábil, pois ambos têm como base o regime de competência.
- (E) deve ser alvo de revisão pelos auditores externos caso a empresa seja obrigada a ter parecer dos auditores independentes como parte de seus relatórios contábeis.

39 Sobre a DMPL não é correto afirmar o seguinte:

- (A) indica a formação e utilização das reservas e possibilita melhor compreensão quanto ao cálculo dos dividendos obrigatórios.
- (B) deverá apresentar o resultado abrangente do período e separar os montantes atribuíveis, desse resultado, aos proprietários controladores e não controladores.
- (C) não precisa ser divulgado na DMPL, nem em notas explicativas, o montante dos dividendos a serem distribuídos e o respectivo montante por ação.
- (D) as variações que afetam o patrimônio líquido devem ser divulgadas, como, por exemplo, o acréscimo por prêmio recebido na emissão de debêntures.
- (E) os acréscimos por subscrição e integralização de capital social também afetam o patrimônio líquido, portanto devem constar na DMPL.

40 Sobre a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), cujo objetivo é gerar informações sobre os pagamentos e recebimentos, em espécie, de uma entidade econômica ocorridos em um determinado período de tempo, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) a DFC, quando analisada conjuntamente com outros demonstrativos financeiros, possibilita que os usuários avaliem a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa e equivalente de caixa.
- (B) as disponibilidades compreendem o caixa, os saldos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo sujeitas a significativo risco de mudança de valor.
- (C) como exemplo de saídas das atividades operacionais cita-se o pagamento de fornecedores referentes ao suprimento de mercadorias ou matérias primas ou outros materiais para a produção de bens destinados a venda.
- (D) como fluxo de atividades de financiamentos podem ser exemplificadas as operações de empréstimos obtidos nas instituições de crédito tradicionais;
- (E) como exemplo de saída das atividades de investimentos destaca-se o pagamento pela aquisição de intangíveis e propriedade para investimento, como também o valor dos desembolsos dos empréstimos concedidos pela empresa.

41 A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) apresenta receitas, despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que ainda não foram reconhecidas na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Não deve(m) ser reconhecido(s) na DRA o/a(s)

- (A) ganhos e perdas originados da conversão de demonstrações contábeis de empresas com operações com o exterior.
- (B) ajustes originados de avaliação patrimonial relativos aos ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda.
- (C) ajuste de avaliação patrimonial relativo a efetiva parcela de ganhos e perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.
- (D) ganhos e perdas atuariais em planos de pensão que geram benefícios a empregados.
- (E) despesas antecipadas contabilizadas no ativo circulante e reconhecidas a medida que o tempo transcorre e em estrita obediência ao regime de competência.

42 Uma pequena empresa industrial de canetas transforma único modelo e pratica o preço unitário de R\$ 7,00. Para produzir uma unidade de caneta, a indústria tem o custo variável de R\$ 2,00 e os custos e despesas fixas somam R\$ 10.000,00 no período. A indústria deseja obter lucro líquido de R\$ 7.600,00, ou seja, lucro líquido após a Contribuição Social sobre o Lucro e o Imposto de Renda, cujas alíquotas somam 24%. O valor da receita no período para que esse lucro líquido seja alcançado é

- (A) R\$ 25.000,00.
- (B) R\$ 26.000,00.
- (C) R\$ 28.000,00.
- (D) R\$ 30.000,00.
- (E) R\$ 32.000,00.

43 Uma empresa industrial deprecia suas máquinas e seus equipamentos pelo método de unidades produzidas. Sobre o método de depreciação utilizado não é correto afirmar que

- (A) é um método devidamente aceito pela Legislação Tributária, ou seja, pelo Decreto Lei 3.000/1999 (RIR/99).
- (B) o valor correspondente ao excesso de depreciação em relação aos parâmetros fiscais deverá ser ajustado no Livro de Apuração do Lucro Real.
- (C) a parcela apurada e contabilizada desta depreciação deverá compor, quando a empresa adotar o custeio por absorção, o custo dos produtos.
- (D) esse método tem como quota de depreciação anual o número total de unidades produzidas no ano dividido pela quantidade a ser produzida durante a vida útil do bem.
- (E) esse método possui eficácia gerencial, pois demonstra o desgaste da máquina pelo uso ou a produção durante o período e a relação com a capacidade total de produção do bem.

44 Uma indústria adota o método linear quanto à depreciação de sua única máquina, adquirida por R\$ 100.000,00, com vida útil estimada de 10 anos e valor residual de 10%. O valor da depreciação acumulada e o valor contábil desta máquina no terceiro ano após a aquisição são, respectivamente,

- (A) R\$ 30.000,00 e R\$ 70.000,00.
- (B) R\$ 27.000,00 e R\$ 73.000,00.
- (C) R\$ 30.000,00 e R\$ 100.000,00.
- (D) R\$ 20.000,00 e R\$ 80.000,00.
- (E) R\$ 30.000,00 e R\$ 60.000,00.

45 Dentre os fatos novos propiciados pelas Leis nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, destaca-se o subgrupo intangível, alocado no ativo não circulante, sobre o qual não é correto afirmar o seguinte:

- (A) o intangível registra os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da empresa, como o *goodwill* adquirido.
- (B) a contabilidade não reconhece como intangível o capital humano face ao princípio anglo-saxônico *arm's length*, que norteia as transações realizadas sob condições de equilíbrio e independência entre as partes envolvidas.
- (C) ativos como marcas, patentes e direitos autorais são reconhecidos, mesmo que desenvolvidos internamente, desde que possuam características de gerar benefícios futuros e possibilitem ser mensuráveis de forma confiável.
- (D) o valor amortizável do intangível que possui vida útil definida deve ser apropriado de forma sistemática ao longo de sua vida útil, e essa amortização deverá iniciar a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso.
- (E) o método de amortização a ser utilizado deverá refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros. Na impossibilidade de determinar esse padrão com segurança, deverá ser utilizado o método da soma dos dígitos crescentes.

46 O conceito de ativo e, em especial, os estoques, estão vinculados à transferência de riscos e não somente aos aspectos legais e fiscais. Nesse contexto, o importante não é a propriedade jurídica, mas a figura do controle e os benefícios. Considerando-se tal contexto, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) em empresa cuja atividade é indústria de calçados e que possui obra em andamento, os materiais para construção deve ser registrado no ativo não circulante-imobilizado, subgrupo immobilizado em andamento.
- (B) em empresa cuja atividade é a indústria de calçados, os direitos caracterizados como estoque de matéria prima devem ser contabilizados como ativo circulante – estoque.
- (C) as empresas prestadoras de serviços, face à natureza intangível de suas atividades, não devem possuir estoques de serviços em andamento.
- (D) os estoques de peças de reposição de máquinas e equipamentos deverão ser contabilizadas como ativo não circulante-imobilizado.
- (E) os adiantamentos a fornecedores de mercadorias para venda devem ser contabilizados no ativo circulante - subgrupo estoques.

47 Uma empresa comercial atacadista, contribuinte normal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em março de 2018 adquiriu mercadorias a vista no valor de R\$ 10.000,00 com o ICMS incluso e recuperável, cuja alíquota foi de 7%, e essa compra foi acrescida do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com alíquota de 10%. Nesse mesmo mês, vendeu mercadorias a prazo no valor de R\$ 20.000,00 e o imposto incidente sobre essa venda e sob o título de ICMS teve alíquota de 17%. Considerando que inexistia saldo credor do ICMS originado de operações ocorridas em meses anteriores e que estas foram as únicas operações com mercadorias ocorridas no mês, em relação os fatos econômicos ocorridos em março de 2018 e seus com reflexos contábeis e fiscais, não é correto afirmar que

- (A) o custo da mercadoria adquirida foi de R\$ 8.300,00.
- (B) o valor recuperável originado das compras foi de R\$ 700,00.
- (C) o valor do ICMS confrontado com o ICMS a recuperar foi de R\$ 3.400,00.
- (D) o valor apurado sob o título de ICMS foi de R\$ 2.700,00.
- (E) na empresa comercial atacadista o IPI, embora seletivo, não é recuperável.

48 Uma empresa comercial varejista que atua no segmento de gêneros alimentícios pretende integrar todas as áreas que compõem seu sistema. No que se refere a estoques, a entidade pretende, também, ter inventário permanente. O contador foi consultado quanto ao método de registro e controle desses ativos. No que diz respeito à consulta prestada pelo profissional de contabilidade não se pode afirmar o seguinte:

- (A) dentre os métodos que poderão ser adotados, a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas aceita o Custo Médio Ponderado (CMP), e também o método denominado de Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS).
- (B) para o segmento de atuação da empresa, o método Último a Entrar será o Primeiro a Sair (UEPS) tem poderio informacional, pois o custo baixado na venda é muito próximo ao custo de reposição dos bens por meio de novas aquisições.
- (C) dentre os métodos Custo Médio Ponderado (CMP); Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS) e o Último a Entrar é o Primeiro a Sair (UEPS), o método CMP apresenta maior estoque final quando comparado com os outros dois.
- (D) o Custo Médio Ponderado apresenta menor resultado quando comparado com o método Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS), por apresentar maior Custo das Mercadorias Vendidas (CMV).
- (E) dos métodos Custo Médio Ponderado (CMP), Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS) e o Último a Entrar é o Primeiro a Sair, este (UEPS) apresenta, em panorama de acréscimo de preços, o maior Custo das Mercadorias Vendidas (CMV).

RASCUNHO

49 Ocorreu promulgação de diversos instrumentos jurídicos que impactaram a elaboração das demonstrações contábeis como a Lei nº 11.638/2007 e a Lei nº 11.941/2009. Quanto às demonstrações contábeis elaboradas após estes instrumentos jurídicos, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) a Lei das Sociedades anônimas obriga à comparação das demonstrações contábeis dos dois exercícios, ou seja, do anterior e o da data base em que os demonstrativos foram elaborados.
- (B) a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) não era obrigatória no Brasil, mas após a Lei nº 11.638/2007 passou a ser obrigatória para as companhias abertas.
- (C) a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é obrigatória para as sociedades anônimas, e o Conselho Federal de Contabilidade tornou obrigatória para as demais sociedades.
- (D) a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) deve demonstrar, entre outros fatos econômicos, certos ajustes de instrumentos financeiros e variações cambiais de investimentos no exterior.
- (E) a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) deve demonstrar a geração de riqueza da empresa e sua distribuição pelos fatores de produção, capital, trabalho e governo.

50 Uma empresa em fase pré-operacional e com obras no sul do Estado do Pará desembolsou recursos com pesquisa do solo onde pretende explorar poço mineral e tem dúvidas sobre como contabilizar esse intangível. Não é correto afirmar, quanto à contabilização deste desembolso, que

- (A) se o gasto não garantir provável geração de futuros benefícios para a entidade deverá ser contabilizado como despesa no resultado do exercício.
- (B) se for possível demonstrar viabilidade técnica e comercial do produto, e existirem recursos suficientes para a efetiva produção e comercialização, deverá ser contabilizado como um ativo.
- (C) a contrapartida da amortização do intangível deve ser contabilizada como despesa operacional ou, conforme o caso, custo do produto e não há necessidade de destacar em Nota Explicativa.
- (D) esse tipo de desembolso deve ser contabilizado como despesa como a depreciação de equipamentos utilizados na pesquisa. Também são contabilizados como despesa os materiais e serviços consumidos.
- (E) se contabilizado como ativo, a amortização deste intangível é dedutível na determinação do lucro real, desde que o direito seja intrinsecamente relacionado com a produção ou comercialização dos bens ou serviços.

51 Entende-se que a adoção, pela contabilidade brasileira das normas internacionais lideradas pelo International Accounting Standard Board (IASB) foi positiva quanto à qualidade da informação contábil. Considerando-se tal contexto, não é correto afirmar o seguinte:

- (A) em virtude das novas regras contábeis de harmonização, a Lei nº 12.973/2014 trouxe novos procedimentos de apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- (B) em virtude das novas regras contábeis de harmonização, a Lei nº 12.973/2014 trouxe novos procedimentos quanto ao cálculo dos juros sobre o capital próprio, por causa da nova estrutura do balanço patrimonial.
- (C) o objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral, pilar da Estrutura Conceitual, é fornecer informações que sejam úteis aos diversos usuários, quer sejam internos ou externos à organização.
- (D) dentre as finalidades da Estrutura Conceitual destaca-se a de auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas, interpretações e comunicados técnicos.
- (E) por não ser norma propriamente dita, a Estrutura Conceitual não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação do processo contábil.

52 O Banco de Ananindeua S/A, ao elaborar seus demonstrativos contábeis contabilizou excessivas provisões, além de criar reservas ocultas. Essas ações tornaram as demonstrações contábeis inconfiáveis, portanto deixaram de ser neutras. Esse procedimento não é atributo da característica qualitativa das demonstrações contábeis denominadas

- (A) integridade.
- (B) prudência.
- (C) comparabilidade.
- (D) compreensibilidade.
- (E) relevância.

53 Uma indústria de móveis localizada na BR 316, em Ananindeua (Pará), reduziu sua escala de operações, pois há possibilidade de entrar em liquidação. Diante desse panorama, elaborou suas demonstrações contábeis em base diferente da que costumava elaborar quando não existia tal panorama. O procedimento adotado pela indústria de móveis está de acordo com o pressuposto básico da contabilidade denominado

- (A) regime de competência.
- (B) relevância.
- (C) continuidade.
- (D) compreensibilidade.
- (E) materialidade.

54 Uma tradicional empresa nacional de aviação adquiria suas aeronaves pela modalidade de arrendamento mercantil financeiro e as parcelas desembolsadas contabilizava como despesa com arrendamento mercantil. Essas parcelas reduziam de forma legal a base de cálculo do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL), o que mitigava sua carga tributária. Por outro lado, no ativo não circulante-imobilizado, não existia registro de aeronaves. A característica qualitativa das demonstrações contábeis contradita no procedimento adotado pela empresa é

- (A) compreensibilidade.
- (B) representação adequada.
- (C) equilíbrio entre custo e benefício.
- (D) primazia da essência sobre a forma.
- (E) regime de competência.

55 Uma determinada instituição financeira constitui, de forma frequente, estimativa de crédito de liquidação duvidosa. Sobre esse caso não é correto afirmar que

- (A) a constituição da perda estimada deve considerar os níveis adequados de risco de crédito, atualizá-lo periodicamente e em obediência ao regime de competência.
- (B) deverá realizar a perda estimada pela absorção dos créditos não recebidos, quando os gestores os considerarem incobráveis.
- (C) deverá ser feita a reversão da perda estimada quando constituída em excesso ao valor efetivamente perdido.
- (D) para efeitos fiscais, face à indedutibilidade, a despesa com a provisão deverá ser excluída da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social.
- (E) deve ser feita a baixa dos créditos como perdas efetivas do período quando a estimativa for constituída em valor inferior às perdas efetivamente ocorridas.

56 Empresa constituída como sociedade anônima de capital aberto analisa periodicamente a recuperação dos valores registrados no imobilizado (*impairment*) com o objetivo de registrar as perdas de valor do capital aplicado. Quanto à redução ao valor recuperável não é correto afirmar

- (A) se a empresa possuir ativos de valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou venda, a empresa deverá reduzir esses ativos ao valor recuperável.
- (B) o CPC 27 não fornece tratamento específico para a análise da recuperabilidade, mas ordena que seja aplicado o CPC 01 e aplicável a qualquer ativo.
- (C) a regra de “custo ou mercado”, dos dois o menor, para os estoques, também ratifica o raciocínio subjacente ao teste de recuperabilidade.
- (D) o entendimento é de que nenhum ativo pode estar reconhecido no balanço por valor que não seja recuperável pela venda pelo uso nas atividades da empresa.
- (E) para apurar o valor recuperável há dois testes: (i) o do valor líquido de venda e (ii) o do valor presente dos fluxos de caixa estimado. Dos dois, prevalece o menor.

57 Sociedade anônima de capital aberto teve o capital social aumentado por meio de novos recursos aportados pelos acionistas, além de ter pago a estes retornos sobre seus investimentos. Esse fato econômico é demonstrado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), elaborada pelo método direto como fluxo das

- (A) atividades operacionais.
- (B) atividades de investimento.
- (C) atividades de financiamentos.
- (D) atividades mistas.
- (E) atividades de equivalência de caixa.

58 Certa empresa, com sede em Belém (Pará), obteve subvenção fiscal do Governo da União por meio de redução do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e sem contraprestação a ser realizada. Tem dúvidas sobre o registro contábil do fato e dos reflexos societários e fiscais. Sobre o caso não se pode afirmar que

- (A) deverá contabilizar diretamente o fato como Reserva de Incentivo fiscal no Patrimônio Líquido, assim o valor do benefício será tipo de Reserva de Lucro.
- (B) deverá contabilizar o incentivo fiscal como receita, transitando pelo resultado da entidade econômica.
- (C) deverá transferir o valor exato da subvenção fiscal da conta Lucros Acumulados para a conta de Reserva de Incentivos Fiscais.
- (D) o valor transferido para Reserva de Incentivo Fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas como dividendos.
- (E) se, no exercício em que a empresa obtiver o benefício fiscal, apurar prejuízo contábil, a empresa não poderá constituir a Reserva de Incentivos Fiscais.

59 Um profissional de contabilidade tem dúvidas sobre como avaliar ativos e passivos pelo critério denominado “Valor Justo”. O grupo e subgrupo e contas cuja mensuração não condiz com conceito subjacente a avaliação pelo Valor Justo é

- (A) estoques – certos *commodities*.
- (B) *joint ventures*.
- (C) estoques – produtos agrícolas.
- (D) propriedade para investimentos.
- (E) imobilizados – ativos biológicos.

60 A Lei nº 6.404/1976, quando promulgada no Brasil, trouxe inúmeras incertezas jurídicas quanto ao acréscimo da carga tributária, e essas incertezas foram sanadas com a edição do Decreto Lei nº 1598/1977 e a criação do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR). Por outro lado, com o processo de convergência da contabilidade brasileira às normas emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) não foram diferentes, e a insegurança jurídica também permeou o processo. Considerando tal contexto, não é correto afirmar que

- (A) a Lei nº 12.973/2014 não acatou a escrituração do LALUR, pois entende que este já não está em sintonia com a realidade econômico-fiscal das empresas brasileiras.
- (B) a Lei nº 12.973/2014 trouxe profundas modificações na à tributação das empresas e revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).
- (C) a Contabilidade sempre foi influenciada pelos limites e critérios fiscais, particularmente, os da legislação do Imposto de Renda.
- (D) contemporaneamente os contribuintes que apuram o IRPJ na modalidade do Lucro Real deverão preencher a Escrituração Contábil Fiscal (ECF).
- (E) a Lei nº 11.941/2009 introduziu no cenário econômico-jurídico nacional o Regime Tributário de Transição (RTT) com o fulcro de propiciar a neutralidade tributária da convergência.

RASCUNHO